

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Cien S.A.

(Anteriormente denominada CIEN - Companhia de Interconexão Energética)

31 de dezembro de 2016

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Contábeis Regulatórias

Enel Cien S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações regulatórias.....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balancos patrimoniais regulatório	5
Demonstrações do resultado regulatório	7
Demonstrações do resultado abrangente regulatório.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório	9
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Cien S.A.

(Anteriormente denominada CIEN - Companhia de Interconexão Energética)
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Cien S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 4.6 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Cien a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Enel Cien preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com opinião sem modificação, com data de 22 de fevereiro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Balancos patrimoniais regulatório
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	33.375	8.920
Títulos e valores mobiliários	6	8.662	5.516
Concessionárias e permissionárias	7	32.974	31.919
Tributos a compensar	8	27.161	38.443
Outros créditos		6.708	3.562
Total do ativo circulante		108.880	88.360
Não circulante			
Tributos a compensar	8	25.098	23.688
Depósitos judiciais e cauções		511	6.299
Empréstimos com partes relacionadas		199.876	231.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	161.840	165.970
Outros créditos		3.184	3.815
Imobilizado	10	982.536	1.090.691
Intangível	11	25.388	24.980
Total do ativo não circulante		1.398.433	1.547.309
Total do ativo		1.507.313	1.635.669

	Notas	2016	2015
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	10.312	8.308
Empréstimos e financiamentos	13	186.076	295.456
Salários, provisões e encargos sociais		2.622	2.490
Obrigações fiscais		9.327	26.620
Dividendos a pagar		6.707	-
Outras obrigações		11.618	10.775
Total do passivo circulante		226.662	343.649
Não circulante			
Fornecedores	12	96.786	127.864
Empréstimos e financiamentos	13	13.299	16.812
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	15.786	19.797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	222.053	242.668
Perda de investimento	9	166.575	165.714
Outras obrigações		3.184	3.815
Total do passivo não circulante		517.683	576.670
Patrimônio líquido	17		
Capital social		285.045	285.045
Reservas de lucros		51.030	29.498
Reserva de reavaliação		284.882	326.644
Reserva de reforço de capital de giro		27.650	27.650
Outros resultados abrangentes		114.361	46.513
Total do patrimônio líquido		762.968	715.350
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.507.313	1.635.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Demonstrações do resultado regulatório
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta			
Disponibilização do sistema de transmissão		309.024	323.199
		309.024	323.199
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
Federais			
PIS		(5.099)	(5.332)
Cofins		(23.486)	(24.564)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(2.688)	(2.829)
Reserva global de reversão - RGR		(7.726)	(6.358)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(1.229)	(1.217)
		(40.228)	(40.300)
Receita operacional líquida	18	268.796	282.899
Custos e despesas			
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(10.145)	(15.810)
Pessoal e administradores	19	(9.885)	(16.469)
Serviços de terceiros		(19.243)	(16.808)
Depreciação e amortização		(115.606)	(91.326)
Outros gastos operacionais		(2.053)	(3.989)
		(156.932)	(144.402)
Resultado da atividade		111.864	138.497
Equivalência patrimonial		(68.709)	(189.835)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(130.637)	(150.943)
Receitas financeiras	20	102.746	230.330
		(27.891)	79.387
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		15.264	28.049
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(45.272)	(62.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	16.485	(11.363)
Prejuízo do exercício		(13.523)	(46.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(13.523)	(46.140)
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	<u>67.848</u>	<u>42.303</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>54.325</u>	<u>(3.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros			Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total
		Capital social	Legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)		285.045	40.112	31.879	130.104	309.369	4.210	-	800.719
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	-	42.303	-	42.303
Deliberação de dividendos	17	-	-	(31.879)	-	-	-	-	(31.879)
Constituição da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	265.956	-	-	265.956
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(195.609)	-	-	(195.609)
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	27.650	(53.072)	-	25.422	-
Prejuízo do exercício	17	-	-	-	-	-	-	(46.140)	(46.140)
Destinações:									
Dividendos Intercalares	17	-	-	-	(120.000)	-	-	-	(120.000)
Absorção de prejuízo do exercício	17	-	(10.614)	-	(10.104)	-	-	20.718	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		285.045	29.498	-	27.650	326.644	46.513	-	715.350
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	17	-	-	-	-	-	67.848	-	67.848
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	21.513	-	(21.513)	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	17	-	-	-	-	(63.275)	-	63.275	-
Prejuízo do exercício	17	-	-	-	-	-	-	(13.523)	(13.523)
Destinações:									
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	-	-	-	(6.707)	(6.707)
Absorção de prejuízo do exercício	17	-	1.412	20.120	-	-	-	(21.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		285.045	30.910	20.120	27.650	284.882	114.361	-	762.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(13.523)	(46.140)
Ajustes para reconciliar o lucro (Prejuízo) com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	115.632	91.344
Reversão das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.320)	(56)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.022	68
Tributos e contribuições social diferidos	(16.485)	11.363
Encargos financeiros e variação cambial	77.340	(54.629)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.688	2.829
Resultado de equivalência patrimonial	68.709	189.835
	<u>233.063</u>	<u>194.614</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.077)	7.820
Tributos a compensar	9.872	(15.908)
Depósitos vinculados a litígios	5.949	522
Outros créditos	(2.515)	(2.866)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(29.074)	3.884
Obrigações fiscais	(17.293)	12.754
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.295)	(35)
Outras obrigações	(2.997)	(7.345)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>189.633</u>	<u>193.440</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(3.146)	17.324
Aplicações no intangível e imobilizado	(7.885)	(7.406)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(11.031)</u>	<u>9.918</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de mútuos	(109.999)	-
Pagamento de juros de mútuos	(39.133)	(42.960)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.943	12.075
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.209)	(3.457)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.749)	(1.343)
Dividendos pagos	-	(182.505)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(154.147)</u>	<u>(218.190)</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.455</u>	<u>(14.832)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.920	23.752
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>33.375</u>	<u>8.920</u>
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.455</u>	<u>(14.832)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), anteriormente denominada CIEN – Companhia de Interconexão Energética, com sede no município de Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”).

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 20 de abril de 2017.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela “ANEEL”.

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida por meio de um contrato de concessão e feita por linhas e subestações que integram a rede básica, bem como por outras instalações reguladas ou não, suportadas, normalmente, por contratos bilaterais.

De acordo com as normas regulatórias, que definiram os requisitos para classificação de instalações de transmissão, ficou estabelecido que, integram a rede básica as linhas de transmissão, os barramentos, os transformadores de potência e os equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV integrantes do sistema interligado, com exceção das seguintes instalações e equipamentos:

- i. instalações de transmissão, incluindo as linhas de transmissão, transformadores de potência e suas conexões, quando destinadas ao uso exclusivo de centrais geradoras ou de consumidores, em caráter individual ou compartilhado;
- ii. instalações de transmissão de interligações internacionais e suas conexões, autorizadas para fins de importação ou exportação de energia elétrica; e
- iii. transformadores de potência com tensão secundária inferior a 230 kV, inclusive a conexão.

Estabeleceu, ainda, que todas as instalações já classificadas anteriormente como integrantes da Rede Básica e que se enquadrem nas exceções listadas deverão ser reclassificadas, a partir de 1º de janeiro de 2003, como instalações de uso exclusivo dos respectivos usuários, em caráter individual ou compartilhado.

As Outorgadas deverão manter controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão (que não sejam integrantes da rede básica).

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leito, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da CIEN. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações contábeis são convertidas para o Real na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização</p> <p><i>O propósito destas alterações é esclarecer o princípio na IAS 16 Ativo imobilizado e na IAS 38 Ativos intangíveis em que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>IFRS 14: Contas Regulatórias Diferidas</p> <p><i>Esta norma é opcional e que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>
<p>Melhorias anuais (Ciclo 2012-2014)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IFRS 10, IFRS 12, IAS 1, IAS 19, IAS 28 and IAS 34.</i></p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.</p>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.5. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<p>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</p> <p><i>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:</i></p> <p><i>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</i></p> <p><i>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p><i>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)</i></p>	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 16 Leases – Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Períodos anuais
iniciados em 1º de
Janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva.

4.6. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 11 a 14 das referidas demonstrações, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.6.1. Imobilizado

4.6.1.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.6.1.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do cálculo do preço teto da Receita Anual Permitida (RAP) nas concessões de transmissão de energia elétrica.

4.6.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.6.3. Reserva de reavaliação

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2009 até a sua efetiva realização.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL, Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

Com base na segunda revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL nº139/15, a Companhia registrou em 2015 a reavaliação regulatória.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e contas correntes bancárias	89	1.068
Total de caixa e contas correntes bancárias	89	1.068
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	17.814	1.592
Operações compromissadas	7.339	6.260
Total das aplicações diretas	25.153	7.852
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	6	-
Operações compromissadas	8.127	-
Total de fundos exclusivos	8.133	-
Total	33.375	8.920

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e com risco insignificante de perda de valor. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.583	5.390
Letra Financeira do Tesouro - LFT	2.079	126
Total de fundos exclusivos	8.662	5.516
Total de títulos e valores mobiliários	8.662	5.516

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Concessionárias e permissionárias

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de revendedores	28.295	324	203.879	232.498	229.520
Contas a receber com partes relacionadas	790	-	-	790	691
Subtotal	29.085	324	203.879	233.288	230.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(200.314)	(200.314)	(198.292)
Total	29.085	324	3.565	32.974	31.919

A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") foi constituída com base na análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes definidos pela Administração.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	31/12/2015	Adições	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(198.292)	(2.022)	(200.314)

8. Tributos a compensar

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS (a)	9.806	9.833	25.098	23.688
Imposto de renda e contribuição social (b)	17.355	28.610	-	-
Total	27.161	38.443	25.098	23.688

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS e COFINS (a)	9.806	9.833	25.098	23.688
Créditos de IVA	-	-	4.510	5.943
Imposto de renda e contribuição social (b)	17.396	28.646	276	368
Total	27.202	38.479	29.884	29.999

(a) Os valores de PIS e COFINS a compensar, no montante total de R\$34.904 em 31 de dezembro de 2016 (R\$33.521 em 2015), se referem principalmente aos pagamentos a maior de PIS e COFINS realizados em anos anteriores.

Como consequência, a Companhia entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal para proceder à compensação dos mesmos.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda pagos antecipadamente.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pago antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

9. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

	Quantidade de ações	31/12/2016						
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Variação Cambial	Equivalência Patrimonial	Investimento
		TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(88.940)	99,999%	(36.504)	36.359
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	99.999	6.593	(77.644)	99,99%	(32.205)	31.489	(32.205)	(77.636)
Total		6.629	(166.584)		(68.709)	67.848	(68.709)	(166.575)

	Quantidade de ações	31/12/2015						
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Variação Cambial	Equivalência Patrimonial	Investimento
		TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(116.330)	99,999%	(100.193)	22.834
CTM - Compañía de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	(90.576)	99,99%	(89.652)	19.469	(89.643)	(76.920)
Total		6.629	(206.906)		(189.845)	42.303	(189.835)	(165.714)

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

	31/12/2016			31/12/2015		
	TESA	CTM	TOTAL	TESA	CTM	TOTAL
Saldo inicial	(88.794)	(76.920)	(165.714)	(66.573)	(48.825)	(115.398)
Aumento de capital	-	-	-	55.137	42.079	97.216
Variação cambial	36.359	31.489	67.848	22.834	19.469	42.303
Equivalência patrimonial	(36.504)	(32.205)	(68.709)	(100.192)	(89.643)	(189.835)
Saldo final	(88.939)	(77.636)	(166.575)	(88.794)	(76.920)	(165.714)

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas CTM e TESA, apresentam prejuízo acumulado e capital circulante negativo, sendo, portanto, economicamente dependente de seu acionista CIEN. A Administração da Companhia continuará a prover os recursos necessários para a manutenção das atividades de suas controladas sempre que necessário.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Transmissão	2.394.557	-	640	-	2.395.197	640	(1.455.874)	939.323	1.054.114
Terrenos	2.762	-	-	-	2.762	-	-	2.762	2.762
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	83.138	-	-	-	83.138	-	(47.709)	35.429	38.558
Máquinas e Equipamentos	2.303.510	-	621	-	2.304.131	621	(1.404.535)	899.596	1.011.069
Veículos	4.090	-	-	-	4.090	-	(3.464)	626	775
Móveis e Utensílios	1.057	-	19	-	1.076	19	(166)	910	950
Administração	219	-	151	-	370	151	(222)	148	6
Máquinas e Equipamentos	64	-	151	-	215	151	(67)	148	6
Veículos	155	-	-	-	155	-	(155)	-	-
Subtotal	2.394.776	-	791	-	2.395.567	791	(1.456.096)	939.471	1.054.120
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Transmissão	12.465	6.940	(640)	136	18.901	6.300	-	18.901	12.465
Máquinas e Equipamentos	6.094	4.714	(621)	136	10.323	4.093	-	10.323	6.094
Outros	6.371	2.226	(19)	-	8.578	2.207	-	8.578	6.371
Administração	24.106	209	(151)	-	24.164	58	-	24.164	24.106
Máquinas e Equipamentos	962	70	(151)	-	881	(81)	-	881	962
Outros	23.144	139	-	-	23.283	139	-	23.283	23.144
Subtotal	36.571	7.149	(791)	136	43.065	6.358	-	43.065	36.571
Total do Ativo Imobilizado	2.431.347	7.149	-	-	2.438.632	7.149	(1.456.096)	982.536	1.090.691

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015		
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		2.395.197	(1.455.874)	939.323	2.394.557	(1.340.443)	1.054.114
Custo Histórico	5,43%	1.284.545	(802.597)	481.948	1.283.904	(750.427)	533.477
Reavaliação	5,43%	1.110.652	(653.277)	457.375	1.110.653	(590.016)	520.637
Administração		370	(222)	148	219	(213)	6
Custo Histórico	12,40%	492	(344)	148	341	(335)	6
Reavaliação	12,40%	(122)	122	-	(122)	122	-
Em Curso		2.395.567	(1.456.096)	939.471	2.394.776	(1.340.656)	1.054.120
Transmissão		18.901	-	18.901	12.465	-	12.465
Administração		24.164	-	24.164	24.106	-	24.106
		43.065	-	43.065	36.571	-	36.571
		2.438.632	(1.456.096)	982.536	2.431.347	(1.340.656)	1.090.691

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Total
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	71	883	328	1.282
Máquinas e Equipamentos	3.800	598	386	4.784
Móveis e Utensílios	738	97	8	843
Veículos	141	-	99	240
Total das Adições	4.750	1.578	821	7.149

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Conductor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Administração central	
Equipamento Geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados ao serviço concedido de transmissão de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	GATEWAY COMUNICAÇÃO	575
2.	COMPUTADOR DESKTOP	72
3.	NOTEBOOKS	64
4.	REATOR - INDICADOR DE NIVEL	46
5.	TERMOVISOR	11
6.	NOTEBOOKS	11
7.	PROJETOR	8

11. Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	23.778	-	48	-	23.826	48	(502)	23.324	23.358
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	737	-	48	-	785	48	(502)	283	317
Outros	23.041	-	-	-	23.041	-	-	23.041	23.041
Administração	362	-	825	-	1.187	825	(396)	791	74
Softwares	362	-	825	-	1.187	825	(396)	791	74
Subtotal	24.140	-	873	-	25.013	873	(898)	24.115	23.432
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	312	329	(48)	(173)	420	281	-	420	312
Softwares	312	329	(48)	(173)	420	281	-	420	312
Administração	1.236	405	(825)	37	853	(420)	-	853	1.236
Softwares	1.236	405	(825)	37	853	(420)	-	853	1.236
Subtotal	1.548	734	(873)	(136)	1.273	(139)	-	1.273	1.548
Total do Ativo Intangível	25.688	734	-	(136)	26.286	734	(898)	25.388	24.980

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de amortização (%)	2016			2015		
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		23.826	(502)	23.324	23.778	(420)	23.358
Custo Histórico	20,00%	11.137	(3.959)	7.178	11.090	(3.881)	7.209
Reavaliação	20,00%	12.689	3.457	16.146	12.688	3.461	16.149
Administração		1.187	(396)	791	362	(288)	74
Custo Histórico	20,00%	1.227	(447)	780	402	(350)	52
Reavaliação	20,00%	(40)	51	11	(40)	62	22
Em Curso		25.013	(898)	24.115	24.140	(708)	23.432
Transmissão		420	-	420	312	-	312
Administração		853	-	853	1.236	-	1.236
		1.273	-	1.273	1.548	-	1.548
		26.286	(898)	25.388	25.688	(708)	24.980

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Materiais e serviços	10.080	-	8.232	-
Partes relacionadas (vide nota 14)	232	96.786	76	127.864
Total	10.312	96.786	8.308	127.864

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES Finame	1.967	2.527	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5% a.a.
BNDES Finame Seccionamento	16.718	19.163	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
Empréstimos e financiamentos	18.685	21.690					
Enel Brasil (vide Nota 14)	-	202.142	05/09/2014	05/12/2016	Mensal	Empréstimos	CDI +2,40%
Enel Brasil (vide Nota 14)	66.476	88.436	21/12/2015	15/12/2017	Mensal	Empréstimos	CDI +2,50%
Enel Brasil (vide Nota 14)	114.214	-	15/09/2016	31/01/2017	Mensal	Empréstimos	CDI +3,00%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	180.690	290.578					
Total de empréstimos e financiamentos	199.375	312.268					
Circulante	186.076	295.456					
Não circulante	13.299	16.812					

Instituição	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Saque
BNDES Finame	Implantação de reforços na rede básica de transmissão da CIEN	3.296	2016	89%
BNDES Finam Seccionamento	Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão da CIEN	29.520	2016	82%

No Contrato de Repasse BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir anualmente as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

		31/12/2016						
		Ativo		Passivo		Resultado		
Moeda	Encargos Financeiros	Natureza das operações	Circulante*	Não circulante	Circulante*	Não circulante	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
CTM - Compañía de transmisión del Mercosul S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	98.913	-	-	(14.448)
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Mútuos	-	100.963	-	-	(17.543)
Enel Brasil S.A.	Real	CDI + 3,00% a.a.	Mútuos	-	-	180.690	-	(39.244)
				-	199.876	180.690	-	(71.235)
CTM - Compañía de transmisión del Mercosul S.A.	USD	N/A	Outras contas a pagar	-	-	3.184	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	N/A	Outras contas a receber	-	3.184	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	70.741	(7.500)	30.029
Endesa Costanera S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	26.045	(2.645)	11.194
Enel Brasil S.A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
PRÁTL - En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	43	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	192	-	-	-	1.877
AMPLA energia e serviços S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	336	-	-	-	3.053
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	59	-	-	-	508
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	125	-	-	-	1.072
ENELItália	EURO	Segue disposição contratual	Serviços tecnologia ICT	-	-	189	-	-
Enel Green Power	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	35	-	-	-	416
				747	3.184	232	99.970	(3.219)
				747	203.060	180.922	99.970	(30.012)
Total				747	203.060	180.922	99.970	(30.012)

		31/12/2015						
		Ativo		Passivo		Resultado		
Moeda	Encargos Financeiros	Natureza das operações	Circulante*	Não circulante	Circulante*	Não circulante	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
CTM - Compañía de transmisión del Mercosul S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Empréstimos	-	113.992	-	-	54.962
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	Libor + 4,00% a.a.	Empréstimos	-	117.874	-	-	63.794
Enel Brasil S.A.	Real	CDI + 2,40% a.a.	Empréstimos	-	-	290.578	-	(42.959)
				-	231.866	290.578	-	75.797
CTM - Compañía de transmisión del Mercosul S.A.	USD	N/A	Outras contas a pagar	-	-	3.815	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	USD	N/A	Outras contas a receber	-	3.815	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	93.270	(11.689)	4.594
Endesa Costanera S.A.	ARG	N/A	Transporte de energia	-	-	34.594	(4.122)	1.851
Enel Brasil S.A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	3	-	-
PRÁTL - En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	Real	N/A	Outras contas a pagar	-	-	76	-	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	193	-	-	-	2.212
AMPLA energia e serviços S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	298	-	-	-	3.553
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	54	-	-	-	536
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	114	-	-	-	1.089
EGP - Joana Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	36
EGP - Modelo II Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	36
EGP - Modelo II Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	32
EGP - Primavera Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	28
EGP - São Judas Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	27
EGP - Cristal Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	28
EGP - Emiliana Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	40
EGP - Pau Ferro Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	18
EGP - Pedra do Gerônimo Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	2	-	-	-	18
EGP - Tacacó Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	1	-	-	-	11
EGP - Soluções Energéticas	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	-	-	-	-	2
EGP - Maniçoba Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	14
EGP - Esperança Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	13
EGP - Damascena Eólica	Real	Segue disposição contratual	Transporte de energia	3	-	-	-	14
				691	3.815	79	131.679	(8.103)
				691	235.681	290.657	131.679	82.242
Total				691	235.681	290.657	131.679	82.242

* Esses valores são classificados como contas a receber (Nota 7), empréstimos com partes relacionadas, outros créditos, fornecedores (Nota 12) e outras obrigações.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 188 (R\$ 1.260 em 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Segue abaixo a conciliação das taxas efetivas e nominais:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.264	15.264	28.171	28.171
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(3.792)	(1.374)	(7.018)	(2.536)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(17.746)	(5.875)	(47.556)	(17.120)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(21.538)	(7.249)	(54.574)	(19.656)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.228)	(12.044)	(46.189)	(16.637)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.690	4.795	(8.355)	(3.008)
Total	(21.538)	(7.249)	(54.544)	(19.645)
Total efeito no resultado		(28.787)		(74.189)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2016	2015
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	68.107	67.419
Provisão para ações judiciais e regulatórias	5.418	6.783
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	47.914	51.384
Outras provisões	40.401	40.384
	161.840	165.970
Passivo não Circulante		
Variação cambial não realizadas	61.051	60.153
Reavaliação regulatória	161.002	182.515
	222.053	242.668
	(60.213)	(76.698)

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2015		31/12/2016		Saldo acumulado
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Pagamentos	
Trabalhista	6.871	(3.320)	744	(4.295)	-
Cíveis	12.065	-	2.693	-	14.758
Fiscais	861	-	167	-	1.028
Total	19.797	(3.320)	3.604	(4.295)	15.786

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Civil	Tractebel	A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999 pedindo a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada".	Esta baseada no fato da Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 117.000, além de penalidades por indisponibilidade de potencia cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	N/A	O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa
Civil	Fumas	Projeto de implantação de rede básica de transmissão de energia - Garabi II	Esta baseada no fato de Fumas ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, e os seus consequentes efeitos sobre o referido contrato que a Companhia considera como evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato.	Multa rescisória de R\$ 520.000 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento	O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas, que apresentou apelação	Cien apresentou contra-razões ao recurso apresentado por Furnas, o qual se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça
Tipo	Requerente	Objeto	Avaliação da probabilidade de perda	Valor Total	Decisão preliminar	Status
Fiscal	Fazenda Nacional	A receita federal está cobrando da companhia débitos de PIS e COFINS. A Cien argumenta que tais débitos já encontram-se decaídos.	Possível	8.041	Decisão de primeira instância parcialmente favorável reconhecendo a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa presentes na execução fiscal	Aguardando o julgamento da apelação apresentada pela Cien em relação a parte que lhe foi desfavorável.
Fiscal	Receita Federal	A companhia questiona valor remanescente de multa aplicada em auto de infração cujo o principal já foi pago.	Possível	10.930	Decisão de primeira instancia administrativa desfavorável à Cien	Aguardando julgamento do recurso à segunda instancia administrativa apresentado pela Cien.
Fiscal	Estado do Rio Grande do Sul	Execução Fiscal apresentada pelo Estado do Rio Grande do Sul para cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo da companhia.	Possível	18.099	Descisão em agravo em Recurso Especial determinando o retomo dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado para novo julgamento.	Aguardando julgamento do agravo regimental e interno apresentados pela CIEN.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Ordinárias (unidades)</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	285.044.681	99,99
Outros	1	0,01
Total	285.044.682	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em complemento a reserva de reforço de capital aprovada pelos acionistas, encontra-se registrado nas demonstrações do resultado regulatório a diferença apurada entre o resultado societário e o regulatório.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido anual societário, ajustado em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 25.

Os dividendos mínimos foram calculados com base nas demonstrações contábeis societárias e sua base de cálculo está assim composta:

	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido societário	28.239
(-) Reserval legal	(1.412)
	<hr/>
Lucro societário ajustado	26.827
	<hr/>
Dividendos mínimos obrigatórios	6.707
Dividendos adicionais propostos	20.120

e) Reserva de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

É reconhecido os impactos da conversão das demonstrações contábeis regulatórias de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta de vendas		
Disponibilização da rede de transmissão	302.098	315.492
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	6.926	7.707
Total da receita bruta de vendas	309.024	323.199
Deduções da receita bruta		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(7.726)	(6.358)
Programa de integração social - PIS	(5.099)	(5.332)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(23.486)	(24.564)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.688)	(2.829)
Taxa de fiscalização	(1.229)	(1.217)
Total de deduções de receita	(40.228)	(40.300)
Receita líquida	268.796	282.899

19. Pessoal e administradores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(9.736)	(15.196)
Remuneração	(5.062)	(8.591)
Encargos	(1.981)	(2.846)
Previdência - fundação - mantenedora	(162)	(237)
Assistência médica	(695)	(672)
Despesas rescisórias	-	(941)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(698)	(354)
Outros	(1.138)	(1.555)
Administradores	(149)	(1.273)
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(137)	(1.273)
Benefícios dos administradores	(12)	-
Total	(9.885)	(16.469)

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	6.818	10.043
Renda de aplicação financeira	2.981	4.564
Variação cambial ativa	-	335
Variação cambial ativa com partes relacionadas	86.003	214.977
Outras receitas Financeiras	6.944	411
Total das receitas financeiras	102.746	230.330
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	(39.244)	(42.959)
Encargos sobre empréstimos	(2.009)	(1.449)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(3.604)	(2.191)
Variação cambial passiva	-	(638)
Variação cambial passiva com partes relacionadas	(83.359)	(99.819)
Outras despesas Financeiras	(2.421)	(3.887)
Total das despesas financeiras	(130.637)	(150.943)
Total	(27.891)	79.387

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira. O saldo a pagar de empréstimos com partes relacionadas da Companhia refere-se à dívida das controladas CTM e TESA junto à ENEL Brasil S.A., os quais foram firmados em moeda estrangeira (dólar).

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Partes relacionadas		
Empréstimos com partes relacionadas	199.876	231.866
Outros Créditos	3.184	3.815
Fornecedores	(96.786)	(127.864)
Outros Obrigações	(3.184)	(3.815)
Exposição líquida	<u>103.090</u>	<u>104.002</u>

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 5, 6 e 7.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com partes relacionadas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2015 fossem iguais as esperados para 2016, segundo projeções baseadas na curva futura da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BM&FBovespa"):

Indexador de Contrato	31/12/2016	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito Líquido no Resultado	Cenário	Efeito Líquido no Resultado
CDI	8.970	10.713	1.743	12.412	3.442
TJLP	1.473	1.717	244	1.958	485
FIXO	68	68	-	68	-
Total	10.511	12.498	1.987	14.438	3.927

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido da companhia.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de 28% e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de 41%.

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos com terceiros e com partes relacionadas da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	582	1.148	5.059	14.639	21.428
Empréstimos com Partes relacionadas em moeda nacional	116.580	1.597	73.142	-	191.319
	117.162	2.745	78.201	14.639	212.747
31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	547	1.076	4.731	19.210	25.564
Empréstimos com Partes relacionadas em moeda nacional	3.848	95.904	225.595	-	325.347
	4.395	96.980	230.326	19.210	350.911

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	33.375	33.375	8.920	8.920
Titulos e Valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	8.662	8.662	5.516	5.516
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	32.974	32.974	31.919	31.919
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2	203.060	203.060	235.681	235.681
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	18.685	17.953	21.690	21.572
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	180.690	180.690	290.578	290.252
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	107.098	107.098	136.172	136.172

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2016 foi de R\$ 698 (R\$ 70 em 2015).

23. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 1.246.596	R\$ 3.482.032
Responsabilidade Civil	01/11/2016	31/10/2017	n/a	R\$ 636.220

24. Reajuste tarifário

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP – Receita Anual Permitida) é devida pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. A RAP reajustada anualmente, no mês de julho, a partir da data do primeiro reajuste tarifário ocorrido em julho de 2011, compreendendo o período de 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente. Em 28 de junho de 2016 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.098 que estabeleceu as receitas anuais permitidas para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão sob sua responsabilidade com vigência a partir de 1º de julho de 2016.

Valores das parcelas da receita anual permitida da CIEN – Período 2016-2017	TOTAL
RAP (REH nº 2.098 de 28 de junho de 2016)	307.039
TFSEE (Despacho nº 2.012 de 27 de julho de 2016)	1.146
P&D	2.567
RGR (Despacho nº 2.562 de 23 de setembro de 2016)	7.903
PIS/COFINS	26.634
Receita Anual Líquida	268.788

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as informações regulatórias:

	2016			2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	33.375	-	33.375	8.920	-	8.920
Títulos e valores mobiliários	8.662	-	8.662	5.516	-	5.516
Concessionárias e permissionárias	32.974	-	32.974	31.919	-	31.919
Tributos a compensar	27.161	-	27.161	38.443	-	38.443
Outros créditos	6.708	-	6.708	3.562	-	3.562
Total do ativo circulante	108.880	-	108.880	88.360	-	88.360
Não circulante						
Tributos a compensar	25.098	-	25.098	23.688	-	23.688
Depósitos judiciais e cauções	511	-	511	6.299	-	6.299
Empréstimos com partes relacionadas	199.876	-	199.876	231.866	-	231.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	100.789	61.051	161.840	105.817	60.153	165.970
Outros créditos	3.184	-	3.184	3.815	-	3.815
Imobilizado	525.160	457.376	982.536	570.055	520.636	1.090.691
Intangível	9.230	16.158	25.388	8.807	16.173	24.980
Total do ativo não circulante	863.848	534.585	1.398.433	950.347	596.962	1.547.309
Total do ativo	972.728	534.585	1.507.313	1.038.707	596.962	1.635.669
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	10.312	-	10.312	8.308	-	8.308
Empréstimos e financiamentos	186.076	-	186.076	295.456	-	295.456
Salários, provisões e encargos sociais	2.622	-	2.622	2.490	-	2.490
Obrigações fiscais	9.327	-	9.327	26.620	-	26.620
Dividendos a pagar	6.707	-	6.707	-	-	-
Outros passivos circulantes	11.618	-	11.618	10.775	-	10.775
Total do passivo circulante	226.662	-	226.662	343.649	-	343.649
Não circulante						
Fornecedores	96.786	-	96.786	127.864	-	127.864
Empréstimos e financiamentos	13.299	-	13.299	16.812	-	16.812
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.786	-	15.786	19.797	-	19.797
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	222.053	222.053	-	242.668	242.668
Perda de investimento	166.575	-	166.575	165.714	-	165.714
Outros obrigações	3.184	-	3.184	3.815	-	3.815
Total do passivo não circulante	295.630	222.053	517.683	334.002	242.668	576.670
Patrimônio líquido						
Capital social	285.045	-	285.045	285.045	-	285.045
Reserva de reavaliação	-	284.882	284.882	-	326.644	326.644
Reserva de reforço de capital de giro	-	27.650	27.650	-	27.650	27.650
Outros resultados abrangentes	114.361	-	114.361	46.513	-	46.513
Reservas de lucros	51.030	-	51.030	29.498	-	29.498
Total do patrimônio líquido	450.436	312.532	762.968	361.056	354.294	715.350
Total do passivo e do patrimônio líquido	972.728	534.585	1.507.313	1.038.707	596.962	1.635.669

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

	2016			2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Disponibilização do sistema de transmissão	309.024	-	309.024	323.199	-	323.199
	309.024	-	309.024	323.199	-	323.199
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
PIS	(5.099)	-	(5.099)	(5.332)	-	(5.332)
Cofins	(23.486)	-	(23.486)	(24.564)	-	(24.564)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.688)	-	(2.688)	(2.829)	-	(2.829)
Reserva global de reversão - RGR	(7.726)	-	(7.726)	(6.358)	-	(6.358)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.229)	-	(1.229)	(1.217)	-	(1.217)
	(40.228)	-	(40.228)	(40.300)	-	(40.300)
Receita operacional líquida	268.796	-	268.796	282.899	-	282.899
Custos e despesas						
Energia elétrica comprada para revenda			-			
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(10.145)	-	(10.145)	(15.810)	-	(15.810)
Pessoal e administradores	(9.885)	-	(9.885)	(16.469)	-	(16.469)
Serviços de terceiros	(19.243)	-	(19.243)	(16.808)	-	(16.808)
Depreciação e amortização	(52.331)	(63.275)	(115.606)	(52.809)	(38.517)	(91.326)
Outros gastos operacionais	(2.053)	-	(2.053)	(3.867)	-	(3.867)
	(93.657)	(63.275)	(156.932)	(105.763)	(38.517)	(144.280)
Resultado da atividade	175.139	(63.275)	111.864	177.136	(38.517)	138.619
Equivalência patrimonial	(68.709)	-	(68.709)	(189.835)	-	(189.835)
Resultado financeiro						
Despesas financeiras	(130.637)	-	(130.637)	(151.087)	-	(151.087)
Receitas financeiras	102.746	-	102.746	230.352	-	230.352
	(27.891)	-	(27.891)	79.265	-	79.265
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	78.539	(63.275)	15.264	66.566	(38.517)	28.049
Imposto de renda e contribuição social correntes	(45.272)	-	(45.272)	(62.826)	-	(62.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.028)	21.513	16.485	(24.458)	13.095	(11.363)
Lucro (Prejuízo) do exercício	28.239	(41.762)	(13.523)	(20.718)	(25.422)	(46.140)

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

25.1. Imobilizado

25.1.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que têm Valor Novo de Reposição ("VNR"). O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, dar-se origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

25.2. Intangível

25.2.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos que tem VNR. O VNR é o valor atribuído na reavaliação do ativo pela ANEEL. Os ativos que já foram reavaliados quando movimentados financeiramente pela depreciação e baixa, dar-se origem a montantes que apenas devem refletir na contabilidade regulatória, por regulamentação decorrente da Resolução nº396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei 11.638/2007. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

26. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2016	2015
Patrimônio líquido societário	450.436	361.056
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	1.052.715	1.052.715
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(579.181)	(515.906)
Tributos diferidos sobre a reserva de reavaliação regulatória	(161.002)	(182.515)
Patrimônio líquido regulatório	<u>762.968</u>	<u>715.350</u>

Enel Cien S.A.
CNPJ nº 01.983.856/0001-59

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) societário	28.239	(20.718)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Depreciação sobre a reavaliação regulatória compulsória	(63.275)	(38.517)
Diferido sobre a reavaliação regulatória compulsória	21.513	13.095
Prejuízo regulatório	<u>(13.523)</u>	<u>(46.140)</u>

Niterói – RJ, 20 de abril de 2017

Abel Alves Rochinha
Diretor Presidente

Orestes Lizardo Castañeda Pacheco
Diretor de Operações

Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Recursos Humanos e Organização

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Administrativo (Interino)

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle

José Alves Mello Franco
Diretor de Regulação

José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora Jurídica

Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Compras

Janaína Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação